

# O que é autoestima para os analistas do comportamento? Uma revisão sistemática

**Madeleine Reinert Marcelino**

**Nassim Chamel Elias**

## RESUMO

A autoestima é um termo muito utilizado pelas pessoas no senso comum, mas ainda são necessários mais estudos para entendê-lo sob o ponto de vista comportamental. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão de textos da Análise do Comportamento a respeito de autoestima. Foi realizada uma busca em três fontes diferentes: periódicos exclusivos de Análise do Comportamento; as coleções de livros Sobre Comportamento e Cognição e Comportamento em Foco; e na Scielo. No total, 16 textos preencheram os critérios, que eram a) ter a palavra "autoestima" no título b) ser um texto da Análise do Comportamento. Foram discutidas as definições de autoestima utilizadas, os participantes dos estudos, os estímulos usados em testes de medida implícita e os principais resultados. Nenhum dos textos analisados utilizou intervenções voltadas ao aumento da autoestima. Apesar de serem textos da abordagem comportamental, muitos dos estudos utilizam apenas definições e instrumentos não comportamentais. As principais conclusões da revisão foram: 1) ainda existem poucos estudos sobre autoestima na Análise do Comportamento; 2) ainda não existe uma definição comportamental bem construída, especialmente na literatura internacional.

*Palavras-chave:* Análise do Comportamento; Autoestima; Revisão Sistemática; Definição de Conceito; Instrumentos de Medida

## ABSTRACT

### What is self-esteem for behavioral analysts? A systematic review

Self-esteem is a term that is widely used in common sense, but more studies are still needed to understand it from a behavioral point of view. The objective of this study was to carry out a review of Behavior Analysis papers regarding self-esteem. A search was conducted in three different sources: Behavior Analysis journals; the book collections Sobre Comportamento e Cognição and Comportamento em Foco; and on Scielo. In total, 16 texts met the criteria, which were a) having the word "self-esteem" in the title and b) being a Behavior Analysis text. We discuss the definitions of self-esteem used, the participants in the studies, the stimuli used in the implicit measurement tests and the main results. None of the analyzed texts used interventions aimed to increase self-esteem. Even though they are texts of the behavioral approach, many of the studies only use non-behavioral definitions and instruments. The main conclusions of the review were: 1) there are still few studies on self-esteem in Behavior Analysis; 2) there is still no well-constructed behavioral definition, especially in international literature.

*Keywords:* Behavior Analysis; Self-esteem; Systematic review; Concept Definition; Measuring Instruments

## Sobre os Autores

M. R. M.  
orcid.org/0000-0002-0540-5600  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, SP  
madeleine.marcelino@gmail.com

N. C. E.  
orcid.org/0000-0003-4197-623X  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, SP  
nassim@ufscar.br

## Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



A palavra autoestima é amplamente utilizada pelas pessoas no senso comum e por diferentes correntes da Psicologia, mas achar um consenso sobre sua definição pode ser uma tarefa difícil, mesmo que existam alguns pontos em comum entre as definições. O termo é definido no dicionário Michaelis como “Sentimento de satisfação e contentamento pessoal que experimenta o indivíduo que conhece suas reais qualidades, habilidades e potencialidades positivas e que, portanto, está consciente de seu valor, sente-se seguro com seu modo de ser e confiante em seu desempenho.” (Michaelis Online, n.d.)

Mruck (1998, citado por Gobitta e Guzzo, 2002) aponta pelo menos cinco razões para justificar a necessidade de um enfoque científico para estudo da autoestima: 1) é um construto muito mais complexo do que pode parecer, pois está fortemente associado com outros aspectos da personalidade; 2) está relacionada à saúde mental ou bem-estar psicológico; 3) a sua carência se relaciona com certos fenômenos mentais negativos como depressão e suicídio; 4) é um conceito relevante às ciências sociais; 5) elevada relevância social obtida atualmente. Moreno e Roda (2003) apontam que também podemos considerar a autoestima um indicador importante da saúde mental por interferir nas condições afetivas, sociais e psicológicas dos indivíduos. Além disso, a autoestima é vista por alguns pesquisadores como um assunto do campo da saúde pública, porque envolve bem-estar individual e social (Assis *et al.*, 2003).

Gobitta e Guzzo (2002) trazem um pouco do histórico dos estudos de autoestima e destacam alguns autores importantes para a compreensão do termo, dentre eles Rosenberg e Coopersmith. Schultheisz e Aprile (2013) também trazem os instrumentos desses dois autores como tradicionais e amplamente utilizados para avaliação da autoestima. Rosenberg definiu o termo como uma atitude positiva ou negativa sobre o próprio self (Rosenberg, 1965).

A Escala de Autoestima de Rosenberg (Rosenberg, 1965) foi adaptada para a população brasileira por Hutz e Zanon (2011) e já foi utilizada para mensurar a autoestima de diversas populações ao longo das últimas décadas, como mulheres com vitiligo (Ruiz & dos Reis, 2018), pessoas em conflito com a lei (Rosenberg *et al.*, 1978), pacientes com câncer (Devins *et al.*, 2015) bem como para avaliar diferenças de autoestima em populações vulneráveis, como pessoas negras (Oney *et al.*, 2011).

Coopersmith, autor do Inventário de Autoestima de Coopersmith, outro teórico importante no campo, define autoestima como:

a avaliação que o indivíduo faz, e que habitualmente mantém, em relação a si mesmo. Expressa uma atitude de aprovação ou desaprovação e indica o grau em que o indivíduo se considera capaz, importante e valioso. Em suma, a autoestima é um juízo de valor que se expressa mediante as atitudes que o indivíduo mantém em face de si

mesmo. É uma experiência subjetiva que o indivíduo expõe aos outros por relatos verbais e expressões públicas de comportamentos (Coopersmith, 1967, pp. 4-5).

Muitas dessas definições, entretanto, tratam a autoestima como um tipo de entidade que causa comportamentos nas pessoas. No cotidiano popular, por exemplo, muitas pessoas se utilizam de frases como “ele fez isso *porque* tem autoestima baixa”. Dizer que a pessoa se comporta de determinada maneira *porque* tem autoestima não é acurado pelo ponto de vista da Análise do Comportamento (AC). Essa é uma ciência que busca explicações não-mentalistas e não entende como suficientes explicações de que existam forças internas nas pessoas que tenham poder de causalidade, ou seja, que podem ser usadas como explicação para comportamentos.

Em sua obra, Skinner aborda o tema da autoestima quando fala sobre o conceito de “eu iniciador”. Skinner (1989/1991) fala da autoestima como algo que é desenvolvido nas pessoas de uma comunidade verbal por meio do reforçamento social e que pode ter um papel importante de manutenção da cultura. Uma cultura recompensa as pessoas que se comportam de determinadas formas e isso gera nelas “condições corporais que podem ser observadas e valorizadas pela própria pessoa” (p. 47).

Outro autor da Análise do Comportamento que fez uma série de textos sobre autoestima é Helio Guilhardi, que definiu o termo como um comportamento aprendido durante a vida da pessoa, fruto de contingências de reforçamento positivo de origem social (Guilhardi, 2002). De maneira geral, uma quantidade grande de interações sociais que envolvam contingências de reforçamento positivo geram autoestima elevada, enquanto contingências coercitivas e punições não contribuem para o estabelecimento da autoestima. Mas para que se desenvolva autoestima, o afeto das pessoas ao redor não pode ser somente contingente aos comportamentos adequados de uma determinada pessoa, mas ser fornecido também de maneira não contingente a comportamentos específicos, como em esquemas de reforçamento por passagem de tempo (por exemplo, um pai que chega do trabalho e abraça seu filho, dizendo que o ama, independente do que a criança estava fazendo assim que ele chegou).

Guilhardi (2007) defende que o termo “autoestima” (assim como o termo “autoconfiança”, que ele também cita no mesmo texto) na verdade é uma metáfora. Uma certa pessoa pode exibir um padrão de comportamento (por exemplo, verbalizar que ela “se sente como um lixo”, que ninguém deve gostar dela porque ela não tem qualidades, dizer que tem que aguentar relacionamentos violentos porque é o único jeito de não ficar sozinha) que evoca o rótulo “baixa autoestima” como uma metáfora, ou seja, dizemos que ela se comporta *como se não gostasse de si mesma*. Dessa forma, o termo entra como rótulo para nomear (tatear) uma classe de comportamentos, mas não pode ser utilizado como explicação para a causa dessa classe de comportamentos (Guilhardi,

2007).

Além disso, esse autor defende que, assim como qualquer outra palavra ou conceito, o termo autoestima pode ser interpretado de acordo com a análise dos operantes verbais de Skinner (1957), ou seja, a emissão dessa resposta nada mais é do que um comportamento instalado e mantido por uma comunidade verbal. Segundo Guilhardi (2007), as pessoas usam o termo autoestima sob controle de três tipos de contingência:

1. verbalizações que alguém faz sobre si mesmo;
2. comportamentos que a pessoa emite;
3. sentimentos que relata ou apresenta; todos pertencentes a uma mesma classe de comportamentos, classe essa que a comunidade verbal rotula de comportamentos e sentimentos de baixa (ou elevada) autoestima (Guilhardi, 2007, p.2).

Todos esses itens pertenceriam a uma mesma classe verbal, chamada de "autoestima", e diante dela o uso da metáfora será reforçado. Assim como com qualquer comportamento privado, é difícil que a comunidade verbal seja precisa ao fornecer consequências, sendo que o termo é usado de formas diferentes por diferentes pessoas. Guilhardi (2007) dá alguns exemplos de uma análise funcional explicando isso: diante da verbalização "sinto-me um verme" (antecedente), uma pessoa diz algo como "você se sente assim porque tem baixa autoestima" (resposta) e recebe verbalizações de aprovação ou concordância (consequências reforçadoras sociais generalizadas). A exposição repetida a esse tipo de contingências pode estabelecer uma classe de estímulos equivalentes que envolva o termo "baixa autoestima" com palavras que denotam sentimentos ou valores negativos (o mesmo raciocínio é válido para o termo "alta autoestima" e palavras que denotam sentimentos ou valores positivos).

Essa análise funcional explica como o comportamento de utilizar o termo é mantido. Mas se o próprio sentimento de baixa ou alta autoestima é também um comportamento (um comportamento privado, assim como outros sentimentos) (Guilhardi, 2002), então ele também pode ser entendido como uma contingência de três termos.

Especificamente, a autoestima é "o produto de contingências de reforçamento positivo de origem social" (Guilhardi, 2002, p. 07). Quando uma criança emite algum comportamento, e seus pais a gratificam, isso pode gerar vários produtos. O primeiro é que o comportamento que a criança emitiu pode ter sido reforçado, ou seja, haverá um aumento na probabilidade de ele ser emitido no futuro em situações semelhantes. A criança também pode desenvolver o que se chama de "variabilidade comportamental" e o que se chama comumente de tomar iniciativa. Além disso, podem surgir sentimentos considerados agradáveis, como satisfação, bem-estar, alegria, autoestima.

Tomando o exemplo anterior, em uma situação em que

uma pessoa emite determinados comportamentos que são seguidos de reforçadores positivos apresentados pelas pessoas ao seu redor, ela pode desenvolver esse sentimento agradável que a comunidade verbal convencionou chamar de "autoestima". Ela também tem uma chance maior de se sentir confiante para se comportar no futuro, pois tem um histórico de reforçamento. Isso também significa que ter o sentimento de autoestima, assim como qualquer outro comportamento operante, é sensível ao ambiente. Dessa forma, uma pessoa pode dizer que quando está entre seu grupo de amigos, se sente amada, confiante e tem autoestima alta, mas quando está no trabalho, no meio de colegas que parecem mais bem-sucedidos, se sente mal, "um lixo", com autoestima baixa.

Uma maneira de nos aproximarmos de uma definição ainda mais satisfatória de um determinado termo é por meio de um estudo de como o termo está sendo utilizado por analistas do comportamento em textos como artigos e capítulos de livros. Almeida e Zilio (2020) realizaram um procedimento de investigação em periódicos específicos da Análise do Comportamento e de capítulos de livros de coleções exclusivamente comportamentais sobre o conceito de violência. Esses autores trazem que, para Skinner (1957), o significado de um termo está relacionado com o uso que fazemos dele e que, dessa forma, analisar a forma como um termo é utilizado seria uma boa fonte de informação para entendermos seu significado.

Sendo assim, o objetivo desse estudo foi investigar se o conceito de autoestima que analistas do comportamento tem utilizado em suas publicações para a comunidade de analistas do comportamento no Brasil e no mundo são os mesmos propostos por Skinner (1989/1991) ou Guilhardi (2002; 2007), ou se há uma nova proposta, e como esse fenômeno tem sido investigado empiricamente. Isso será feito seguindo os passos sugeridos por Almeida e Zilio (2020), utilizando revisão da literatura.

## MÉTODO

Esse estudo trata de uma revisão sistemática seguindo o modelo presente no estudo de Almeida e Zilio (2020), que buscou publicações nacionais e internacionais que estivessem diretamente vinculadas à Análise do Comportamento, em três diferentes fontes:

1. *Em periódicos específicos de Análise do Comportamento* - busca da palavra-chave "autoestima", em português, inglês e espanhol, incluindo variações como "auto-estima" e "auto estima". Optou-se por fazer a pesquisa diretamente em periódicos, em vez de bases de dados, pelo fato de que muitos analistas do comportamento não se utilizam de nenhuma palavra-chave que identifique o artigo como sendo da Análise do Comportamento. Foram utilizados os seguintes periódicos nacionais e internacionais de Análise do Com-

portamento, seguindo a lista proposta por Almeida e Zilio (2020): *Acta Comportamentalia* (AC); *Behavior Analysis and Social Action* (BASA); *Behavior and Philosophy* (BP); *Behavior and Social Issues* (BSI); *Behaviorists for Social Action* (BSA); *European Journal of Behavior Analysis* (EJOBA); *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB); *Journal of Applied Analysis of Behavior* (JABA); *Perspectives on Behavior Science* (PBS); *The Analysis of Verbal Behavior* (TAVB); *The Behavior Analyst Today* (TBAT); *The Psychological Record* (TPR); *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta* (RMAC); *Perspectivas em Análise do Comportamento* (PAC); *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTC); e *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC).

2. *Coleções de livros "Sobre Comportamento e Cognição" e "Comportamento em Foco"* - assim como no artigo de Almeida e Zilio (2020), foi feita uma busca nas coleções de livros *Comportamento em Foco* e *Sobre Comportamento e Cognição* buscando a palavra "autoestima" (e variantes "auto-estima" e "auto estima").
3. *Busca na Scielo* - A string de busca foi: autoestima OR "auto estima" OR auto-estima [Title words] and behaviorismo OR "análise do comportamento" [All indexes]

Os critérios de inclusão foram: 1) conter a palavra-chave "autoestima" (ou variantes) no título; 2) ser um artigo ou capítulo revisado por pares. Foram excluídos os artigos e os capítulos que não atenderam aos critérios de inclusão. Não foi colocada nenhuma limitação temporal em nenhuma das três fontes. Foram avaliados todos os artigos e textos que retornaram na busca, independentemente da língua em que foram publicados. Depois de selecionados os textos na busca, excluiu-se aqueles que não tivessem o termo autoestima no título. Em seguida, foi feita a leitura integral dos textos. Nessa etapa, foram excluídos textos que fossem de outra abordagem psicológica que não a Análise do Comportamento. Foi construído um banco de dados com as seguintes informações de cada texto: autor, ano, definição de autoestima (quando apresentada), instrumentos utilizados, objetivos, participantes, estímulos usados nos procedimentos de medidas e resultados. A partir disso, foi feita uma análise de como a autoestima tem sido retratada por analistas do comportamento. Uma segunda observadora, sem conhecimento dos objetivos do estudo, realizou os mesmos passos de busca e aplicação dos critérios de inclusão para seleção dos textos e chegou aos mesmos resultados (fidedignidade de 100%).

## RESULTADOS

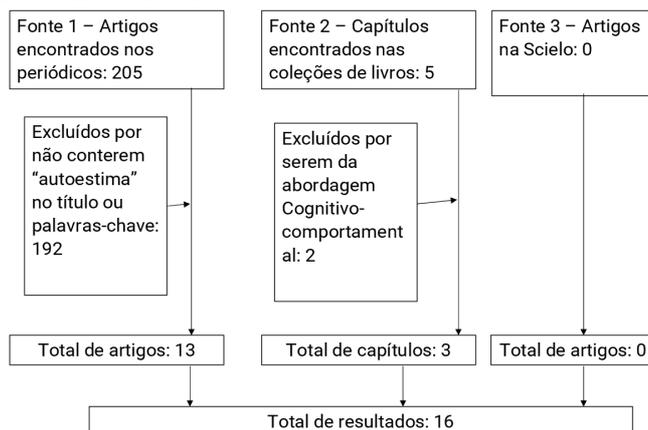
### Textos encontrados

Quanto à primeira fonte de busca (periódicos), foram encontrados 205 artigos. Destes, 13 artigos continham autoes-

tima (ou suas variações) no título. Doze deles estão publicados na revista *The Psychological Record* e se encontram na língua inglesa (Allen, 1969; Deaux & Coppess, 1971; Dentale et al., 2020; Gan & Liu, 2012; Glauser, 1984; Hillmann et al., 1991; Lagomarsino et al., 1998; Ryckman & Rodda, 1972; Timko et al., 2010; Tramill et al., 1985; Turkat, 1978; Vahey et al., 2009). O outro artigo está na língua portuguesa e foi publicado na *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (Ruiz et al., 2021).

A busca nas coleções de livros retornou cinco capítulos que tinham *autoestima* (ou as variações *auto estima* ou *auto-estima*). Dois dos capítulos foram excluídos porque seus métodos incluíam técnicas da abordagem Cognitivo-Comportamental (eles explicitamente falavam isso nos seus textos). Os três capítulos restantes foram Sakiyama e Weber (2005), Gomes et al. (2010a) e Gomes et al. (2010b). Todos se encontram na língua portuguesa, uma vez que a coleção de livros foi lançada no Brasil. A busca na base Scielo não retornou nenhum resultado. A Figura 1 apresenta um esquema mostrando os resultados em cada fonte de busca.

**Figura 1. Esquema dos resultados encontrados em cada uma das três fontes de busca.**



### Definições de autoestima

Em seis dos 13 artigos selecionados na primeira fonte de busca, os autores apresentam uma definição para autoestima. Allen (1969) não usa uma definição explícita de autoestima, mas cita algumas informações sobre autoestima de alguns autores. O autor fala de Coopersmith (1968), que afirmou que alta autoestima está presente apenas entre aqueles indivíduos que avaliam seu valor individual principalmente por uma avaliação realista das conquistas nas relações pessoais do dia a dia, ou seja, dentro de seu próprio ambiente interpessoal, em vez de normas mais gerais de sucesso. Allen (1969) apresenta também a proposta de Crowne e Marlowe (1964), que afirmaram que pessoas com alta necessidade de aprovação produzem dados de teste mais suaves, convencionais e mais defensivos exibindo, portanto, uma tendência de refor-

çar uma baixa autoestima; enquanto Lichtenstein e Bryan (1967), usando o Inventário Psicológico da Califórnia (CPI), descobriram que pessoas motivadas por alta aprovação eram mais bem ajustadas e mais semelhantes ao homem universitário médio do que pessoas com baixa necessidade de aprovação, ao contrário das expectativas de Crowne e Marlowe. Corotto (1963) que, também usando o CPI, mostraram que os voluntários alcoólatras para terapia exibiam perfis de CPI mais baixos do que os não voluntários.

Glauser (1984) define autoestima como “os sentimentos gerais de um indivíduo quanto ao valor pessoal, utilidade e grau de gosto por si mesmo” (p. 117).

Ryckman e Rodda (1972) não definem autoestima propriamente, mas citam Cohen (1959), que argumenta que as pessoas adquirem níveis de autoestima a partir de suas experiências de sucesso ou fracasso, e que posteriormente isso influencia a maneira pelas quais elas reagem às experiências atuais ou agudas de sucesso e fracasso em tarefas específicas.

Dentale et al. (2020) citam a definição de Greenwald et al. (2002), que sugere que, de uma perspectiva de modelo de processo duplo, autoestima implícita é tradicionalmente definida como a associação entre o *self* e atributos positivos versus negativos.

Gan e Liu (2012) usam a definição de Rosenberg (Rosenberg et al., 1978) para autoestima explícita como um senso estável de valor e dignidade pessoais e a definição de Greenwald e Banaji (1995) para autoestima implícita como a disposição positiva ou negativa de uma pessoa a si mesma, de uma maneira espontânea, automática ou inconsciente.

Ruiz et al. (2021, p. 1) citam a definição de Gobitta e Guzzo, (2002) e Serra (1988) de que autoestima seriam “julgamentos e avaliações positivas ou negativas que um indivíduo faz de si mesmo ou sua satisfação em relação a julgamentos sociais” e a de Skinner (1987) que afirma que se trata de um “autoconceito advindo de uma história de reforço social, incluindo contingências relacionadas ao reconhecimento pelo outro ou de autorreconhecimento aprendido por meio de outros” (Ruiz et al., 2021, p. 1); e também citam a Teoria das Molduras Relacionais (*Relational Frame Theory* – RFT; Hayes et al., 2001) como uma teoria que pode complementar essa caracterização.

Nos três capítulos selecionados na segunda fonte de busca, os autores apresentam uma definição explícita para autoestima. Sakiyama e Weber (2005) utilizaram várias definições: a de Bee (1996), de que autoestima é a avaliação global do próprio valor; a de Coopersmith (1967), de que autoestima se refere a “uma experiência subjetiva que o indivíduo expõe aos outros por relatos verbais e comportamentos observáveis” (p. 4-5); a de Rosenberg (1965), que diz que a autoestima é uma orientação em relação a si e uma avaliação global do seu próprio valor; em certo momento, as autoras se refe-

rem à autoestima como “um atributo individual moldado nas e pelas relações cotidianas” (p. 204); e uma definição de Skinner (2002) que coloca a autoestima como “uma condição corporal resultante do reconhecimento alheio ou de autorreconhecimento aprendido dos outros” (p. 51). Gomes et al. (2010a; 2010b) usaram a definição de Guilhardi (2002) e Guilhardi (2007), colocando a autoestima como um sentimento fruto de contingências de reforçamento positivo e social, e entendendo que o termo “autoestima” é, na verdade, uma metáfora.

## Instrumentos e procedimentos utilizados para medir autoestima

Dos 13 artigos, 11 utilizaram algum instrumento ou procedimento para medir autoestima. Um usou o *California Psychological Inventory* (Allen, 1969); um usou *Inventory of Self-Worth* de Glauser (Glauser, 1984); dois (Hillmann et al., 1991; Lagomarsino et al., 1998) utilizaram o *Multidimensional Self-Esteem Inventory* (MSEI); dois (Timko et al., 2010; Vahey et al., 2009) utilizaram o *Implicit Relational Assessment Procedure* (IRAP); Gan e Liu (2012) utilizaram a Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR) juntamente com o *Implicit Attitude Test* (IAT); Dentale et al. (2020) propuseram e utilizaram um novo teste, o *Relational Responding Task* (RRT), além de também usar o IAT; Ruiz et al. (2021) utilizaram o IRAP, junto com a EAR. Tramill et al., (1985) utilizam Texas Social Behavior Inventory (TSBI). Ryckman e Rodda (1972) utilizaram uma subescala do Janis-Field Personality Questionnaire;

Nos capítulos, Sakiyama e Weber (2005) utilizaram a Escala de Autoestima de Rosenberg. Gomes et al. (2010a) utilizaram um questionário aplicado aos alunos no qual foram abordadas questões referentes à “estima” que eles acreditavam que os professores tinham por eles. Gomes et al. (2010b) tiveram duas etapas: na primeira, os pesquisadores faziam observações dentro das salas de aula procurando por comportamentos específicos na interação professor-aluno para avaliar se eles eram reforçadores ou não; na segunda etapa, foi aplicado um questionário com os professores com questões abertas e fechadas sobre o que eles entendiam por autoestima e sobre sua percepção de como seus comportamentos influenciavam a autoestima dos alunos.

## Participantes

A maioria dos artigos teve como participantes estudantes universitários (Deaux & Coppess, 1971; Dentale et al., 2020; Gan & Liu, 2012; Glauser, 1984; Hillmann et al., 1991; Lagomarsino et al., 1998; Ryckman & Rodda, 1972; Timko et al., 2010; Tramill et al., 1985). Vahey et al. (2009), além de estudantes universitários, teve como participantes pessoas encarceradas no sistema prisional. No estudo de Ruiz et al. (2021), 12 participantes eram estudantes universitários e 12 eram adultos pacientes de uma clínica particular que estavam em tratamento psicoterápico para depressão. Quanto aos

outros artigos, Allen (1969) utilizou como participantes 29 homens alcoolistas e comparou os resultados do estudo com participantes homens de outros estudos. Turkat (1978) não tinha nenhum participante.

Quanto aos capítulos da segunda fonte de busca, Sakiyama e Weber (2005) também utilizaram estudantes universitários, enquanto Gomes et al. (2010a; 2010b) analisaram o contexto de uma escola de Ensino Médio Profissionalizante; o primeiro analisou os alunos e o segundo o comportamento dos professores.

## Estímulos Experimentais dos testes de medidas implícitas

Os artigos que se utilizam de testes de medidas implícitas de autoestima (Dentale et al., 2020; Gan & Liu, 2012; Ruiz et al., 2021; Timko et al., 2010; Vahey et al., 2009) utilizaram, em sua maioria, palavras positivas e negativas que contrastavam através dos blocos com palavras que se referiam ao *self*. Gan e Liu (2012) utilizaram a palavra “*me*” e palavras agradáveis e desagradáveis, sem indicar quais foram usadas; Timko et al. (2010) utilizaram “*I am/I am not*”, bem como palavras relacionadas à forma corporal no primeiro experimento (*Slender / Toned / Skinny / Gorgeous / Plump / Bony / Chunky / Obese*) e palavras de autoestima geral no segundo (*Smart / Attractive / Friendly / Stupid / Ugly / Shy*). Vahey et al. (2009) utilizaram o nome do participante e a expressão “*not*”, ou seja, “*not* [nome do participante]”, bem como palavras boas e ruins (*Good / Success / Honest / Capable / Pleasant / Confident / Bad / Failure / Dishonest / Worthless / Nasty / Ashamed*). O estudo de Dentale et al. (2020) usou “*me/others*” e palavras positivas e negativas (sem especificar quais) no IAT, além de frases completas, como “Eu tenho valor” ou “Eu não sou bom”, no RRT. Ruiz et al. (2021) utilizaram dois IRAPs, um que visava medir a autoestima real (“*Eu sou*”/“*eu não sou*”) e um que visava a autoestima ideal (“*Eu quero ser*”/“*eu não quero ser*”); ambos utilizaram palavras positivas (*Bom / Bem-sucedido / Importante / Inteligente / Competente / Agradável*) e negativas (*Inseguro / Inferior / Falho / Sem Valor / Inútil / Estúpido*).

## Resultados dos Estudos recuperados

Turkat (1978) explora a relação entre autoestima e um fenômeno chamado de defensividade. O autor sugere que se utilizem escalas de desejabilidade social para separar indivíduos com autoestima alta genuína e indivíduos que tenham autoestima baixa, mas que respondam como se tivessem autoestima alta por buscarem aprovação social.

Glauser (1984) estudou a interação social entre pares de participantes que foram separados de acordo com as categorias: baixa autoestima e baixa dominância verbal, alta autoestima e baixa dominância verbal, alta autoestima e alta dominância verbal. O autor encontrou diferenças específicas em cada um dos

quatro grupos, apoiando a ideia de que a dominância verbal interage com a autoestima para formar quatro tipos de padrões comportamentais. O autor afirma que os resultados do estudo apoiam a afirmação de que o autoconceito é um construto multidimensional.

Hillmann et al. (1991) avaliaram a correlação entre a preferência de local para se sentar na aula (mais perto ou mais longe do professor), e a autoestima de calouros numa universidade, e descobriram que os alunos que se sentam nas cadeiras mais à frente na sala de aula têm maior autoestima.

Lagomarsino et al. (1998) descobriram que os alunos com autoestima elevada perceberam maior autoestima em pessoas que fazem mais contato visual, e vice-versa, mostrando a importância da autoestima do próprio observador na formação das impressões a partir do contato visual.

Tramill et al. (1985) encontraram correlação entre pessoas com tipo de personalidade A (um padrão de comportamento relacionado a ambição, impaciência e competitividade, sendo consideradas suscetíveis ao estresse e aos problemas cardíacos) e autoestima mais baixa.

Ryckman e Rodda (1972) avaliaram a confiança e o desempenho de pessoas com autoestima baixa e alta em tarefas de resolução de anagramas. Os participantes tiveram que resolver cinco anagramas fáceis ou cinco anagramas difíceis, antes de resolver 15 anagramas de dificuldade moderada. Os resultados mostraram que indivíduos que previamente tinham autoestima alta foram menos afetados pelo fracasso inicial.

Allen (1969) encontrou algumas relações entre a autoestima de homens alcoolistas e o fato de eles procurarem ou não ajuda para tratamento. A autoestima foi baixa para grupos de terapia e alta para um grupo sem ajuda. Os autores sugerem que esse resultado pode ter relação com o fato de que aqueles que tinham autoestima baixa tinham maiores chances de emitir o comportamento de pedir ajuda.

Deaux e Coppess (1971) avaliaram se haveria diferença na escolha de pessoas com alta e baixa autoestima por parceiros para uma atividade competitiva ou cooperativa. Indivíduos com baixa autoestima diferenciaram fortemente entre as duas situações, buscando um parceiro desejável (alguém com boas habilidades na atividade proposta) na cooperação e um parceiro menos desejável (alguém que iria mal na atividade) para competição, enquanto indivíduos com alta autoestima responderam de forma semelhante nas duas situações. Esse resultado refuta a ideia de que pessoas com baixa autoestima procuram situações que confirmem sua falta de valor, uma vez que essas pessoas procuraram o sucesso (competir com alguém pior que elas e cooperar com pessoas que eram boas na atividade proposta).

Os estudos que utilizaram testes de medida implícita (Dentale et al., 2020; Gan & Liu, 2012; Ruiz et al., 2021; Timko et al., 2010; Vahey et al., 2009) concluem, de forma geral, que esses métodos podem ser utilizados para medir autoestima. Vahey et al. (2009) e Timko (2010) aparecem como os primei-

ros estudos a utilizar o IRAP para a finalidade de medir autoestima de maneira implícita. Ambos encontraram evidências na direção esperada, ou seja, maior autoestima no grupo que supostamente teria mais autoestima. Gan e Liu (2012) tinham um procedimento em que a autoestima, medida com o IAT, era a variável dependente, e descobriram que o tipo de flexibilidade e *priming* de enfrentamento interpessoal teve um efeito interativo na autoestima implícita. O estudo de Dentale e colegas (2020) propõe um novo procedimento para avaliação de autoestima implícita, o RRT, e por meio de dois estudos concluíram que o procedimento é adequado para essa finalidade. Ruiz et al. (2021) mostraram diferença entre os participantes com depressão e sem depressão na autoestima medida com a Escala de Autoestima de Rosenberg, mas similaridade na avaliação pelo IRAP. Eles também apontam que os participantes com depressão apresentaram vieses negativos de autoestima real e vieses positivos de autoestima ideal, enquanto os participantes sem depressão não mostraram diferenças entre autoestima real e ideal.

Quanto aos capítulos de livro, Sakiyama e Weber (2005) estudaram relação entre autoestima, estilos de apego e assertividade. Encontraram relação entre estilo de apego receoso e pouca assertividade, entre baixa autoestima e estilo de apego receoso, entre estilo de apego evitante e autoestima alta e entre baixa autoestima e pouca assertividade. Não foi encontrada correlação entre autoestima alta e apego seguro. Os estudos de Gomes e colaboradores (2010a, 2010b) indicaram que contingências de reforçamento positivo vindas de professores estavam relacionadas a uma maior autoestima em seus alunos.

## DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo foi investigar qual a definição que analistas do comportamento têm utilizado do termo “autoestima” em textos publicados em periódicos e coleções de livros de Análise do Comportamento, verificando se eles seguem as definições de Skinner (1989/1991) ou Guilhardi (2002 e 2007), ou se há uma nova proposta, e como esse fenômeno tem sido investigado empiricamente. De maneira geral, os resultados dessa revisão de literatura indicam que existem poucos estudos sobre o assunto (13 artigos e três capítulos de livro). Alguns deles não definem o constructo que se propõem a estudar (Deaux & Coppess, 1971; Hillmann et al., 1991; Lagomarsino et al., 1998; Timko et al., 2010; Tramill et al., 1985; Turkat, 1978; Vahey et al., 2009), apenas informando qual o instrumento que foi utilizado para sua medição. A respeito das definições de autoestima trazida pelos textos recuperados, podemos ver que os textos brasileiros (Gomes, 2010a; Gomes, 2010b; Sakiyama & Weber, 2005; Ruiz et al, 2021) foram os únicos que trouxeram as definições explicitamente comportamentais para o termo.

Há também outras limitações evidenciadas nas categorias descritas nos resultados, como a pouca variabilidade de

populações investigadas (na grande maioria, eram estudantes universitários), a existência de apenas dois instrumentos desenvolvidos com o uso de princípios comportamentais (IRAP e RRT) e a falta de detalhamentos dos estímulos experimentais.

Quanto aos artigos de periódicos internacionais encontrados, analisando como um todo, pode-se notar uma diferença na linha do tempo. Muitos dos estudos feitos antes do ano 2000 correlacionaram a autoestima medida com a ajuda de algum instrumento e outra variável. Allen (1969) avaliou a autoestima de homens com problemas de alcoolismo e viu a relação disso com a busca ou não por ajuda no tratamento. Deaux e Coppess (1971) fizeram uma importante contribuição ao apontar dados que refutavam a ideia disseminada na época de que pessoas com autoestima baixa teriam uma tendência a escolher situações que confirmassem esse viés. Ryckman e Rodda (1972) examinaram o efeito de sucesso ou fracasso em uma tarefa em indivíduos com autoestima baixa e alta, abrindo portas para a investigação da relação de autoestima com confiança. Turkat (1978) hipotetizou sobre a relação da autoestima e da defensividade e sugeriu que testes de desejabilidade social fossem aplicados juntamente com os de autoestima para verificar esse fator. Outro estudo avaliou a autoestima que se cruzava com a dominância verbal, formando quatro diferentes tipos de personalidade (Glau-ser, 1984). Outros artigos ainda investigaram a correlação de autoestima com tipos de personalidade (Tramill et al., 1985), contato visual (Lagomarsino et al., 1998) ou em qual carteira da sala os estudantes preferem se sentar (Hillmann et al., 1991). A partir da década de 2000, começou a haver uma concentração maior de artigos que avaliaram autoestima implícita (Dentale et al., 2020; Gan & Liu, 2012; Ruiz et al., 2021; Timko et al., 2010; Vahey et al., 2009). Pode-se especular que antes dos anos 2000 foram conduzidas pesquisas para entender melhor o fenômeno e como a autoestima influenciava determinados comportamentos. A partir dos anos 2000, houve um esforço grande para desenvolver instrumentos que “medissem” autoestima, provavelmente, com objetivo de uso clínico, apesar da falta de clareza sobre o que esses testes realmente medem.

A respeito desses instrumentos e procedimentos, podemos destacar que muitos não são embasados em teorias comportamentais. As exceções são o IRAP e o RRT, que se baseiam na Teoria das Molduras Relacionais (RFT, do inglês “*Relational Frame Theory*”) e o procedimento em Gomes et al. (2010b), que fez uma análise funcional de comportamentos em uma sala de aula. Os outros são instrumentos utilizados por profissionais da Psicologia em geral e não se baseiam nos princípios do behaviorismo.

Nenhum dos textos analisados usou intervenções com o objetivo de aumentar a autoestima. Isso pode se dever a vários motivos, dentre eles: 1) as definições de autoestima existentes são insuficientes para determinar exatamente quais são as contingências em vigor; 2) as definições existen-

tes não consideram autoestima como um comportamento operante; 3) apesar das tentativas de pesquisadores da Análise do Comportamento em analisar esse constructo, a influência de outras áreas, mais cognitivistas, ainda prevalece; e 4) outros estudos trabalham o aumento de comportamentos envolvidos na autoestima, sendo que o aumento da autoestima em si é produto do aumento de outros comportamentos.

Os artigos que utilizaram testes de medidas implícitas, mesmo aqueles que não apresentaram nenhuma definição do termo, parecem se basear na teoria da autoestima como um tipo de atitude implícita em relação à própria pessoa. Quando o participante relaciona com mais facilidade o conceito de *self* ou o próprio nome a palavras de conotação positiva, ele tem uma autoestima alta. Quando o contrário se dá, uma autoestima baixa. Do ponto de vista comportamental, essa condição não apresenta os termos mínimos de uma contingência e principalmente, nesse caso, há a inexistência de um contexto ou estímulo antecedente. Pode-se interpretar a partir de resultados obtidos nos testes desses estudos que determinada pessoa que relaciona o *self* com palavras positivas é “uma pessoa que tem alta autoestima”, independentemente de quaisquer fatores ambientais. Essa interpretação se aproxima mais de teorias psicológicas não-comportamentais, que entendem a autoestima como um elemento relativamente estável em sua personalidade. Já a definição de Guilhardi (2002), colocando a autoestima como fruto de contingências ambientais, deixa mais espaço para entendermos a autoestima como algo que depende do contexto ambiental para se expressar; dessa forma, uma pessoa poderia experimentar um sentimento de autoestima alta quando está com sua família e autoestima baixa quando está no trabalho, por exemplo.

Vale ressaltar, ainda, que esses artigos se utilizaram de palavras positivas e negativas sem informar qual foi o critério de escolha. Um dos estudos (Gan & Liu, 2012) sequer citou quais palavras exatamente foram usadas. Isso leva a entender que os autores estavam se baseando na premissa de que qualquer associação do *self* com conceitos positivos pode ser entendido como autoestima, não fazendo uma distinção entre autoestima e conceitos correlatos, como autoconfiança. Um dado que apoia essa afirmação é que os únicos estudos que citaram um correlato, a autoconfiança, foram Gomes e colegas (2010a) e Gomes e colegas (2010b), quando citaram a definição proposta por Guilhardi (2002; 2007).

A autoestima parece ser um tema de muito interesse em outras abordagens da Psicologia e pela população em geral, mas a Análise do Comportamento ainda tem poucos estudos focados nesse constructo. A literatura internacional, em especial, não tem se utilizado de uma definição comportamental. Entretanto, uma operacionalização do termo se faz necessária para condução de análises funcionais e planejamento de intervenções baseadas em antecedentes e consequentes, assim como existem intervenções para tópicos como auto-

controle (Moreira, 2015).

O fato de que os estudos selecionados nessa revisão com ano de publicação anterior ao ano 2000 terem usado escalas de autoestima, enquanto os mais recentes têm utilizado mais medidas de atitude implícita (IRAP, IAT ou RRT), parece apontar para um movimento dentro da Análise do Comportamento de abandonar explicações e instrumentos baseados em premissas de outras abordagens e passar a enxergar a autoestima como uma associação do *self* com conceitos positivos ou negativos. Isso pode nos apontar que um caminho possível para o entendimento da autoestima seja entender melhor o conceito de *self* e como ele é formado, e a RFT pode ser uma teoria comportamental útil para esse fim (assim como mostra o artigo de Ruiz et al., 2021).

Por fim, a definição de autoestima como “o produto de contingências de reforçamento positivo de origem social” proposta por Guilhardi (2002, p. 07) parece ser ainda a que mais se aproxima de uma definição comportamental satisfatória, por considerar uma análise funcional das contingências envolvidas no estabelecimento da autoestima. Posteriormente, Guilhardi (2007) sugere que o termo autoestima entra como rótulo para nomear (tatear) uma classe de comportamentos. Tomando ainda a definição de nomeação proposta por Horne e Lowe (1996), estímulos que evocam um nome em comum passam a fazer parte de uma mesma classe de estímulos equivalentes.

Pode-se especular, então, que os estudos que medem as associações entre determinadas palavras positivas ou negativas com o *self* para determinar se a pessoa tem alta ou baixa autoestima estariam testando se há, no repertório dessa pessoa, duas classes ou categorias de estímulos equivalentes: (1) categoria alta autoestima (*self* e palavras positivas) ou (2) categoria baixa autoestima (*self* e palavras negativas). Nesse sentido, parece pouco provável que o *self* possa fazer parte das duas categorias, a não ser que haja um controle contextual para estabelecer em que condição o *self* faz parte de uma ou de outra categoria. Por exemplo, “Quando estou entre amigos, sinto-me confiante para opinar”, “Quando estou em sala de aula, sinto-me atemorizado para opinar”. Portanto, essas medidas não são necessariamente suficientes, mesmo nos estudos que utilizaram instrumentos comportamentais, para contemplar uma definição mais rigorosa que envolva os termos de uma contingência. Esse aspecto parece evidenciar a fragilidade no constructo desse objeto de estudo.

O presente estudo tem como principal limitação ter buscado somente periódicos e coleções de livros de análise do comportamento, deixando de lado possíveis publicações comportamentais que estejam depositadas em periódicos de outras áreas, como aqueles dedicados à clínica. Isso se deveu ao fato de que muitos pesquisadores dessa abordagem não explicitam nas palavras-chaves dos artigos que eles são da Análise do Comportamento, ao mesmo tempo que a expressão “análise do comportamento” é utilizada por pesqui-

sadores de outras áreas para dizer que eles realizaram a análise de algum comportamento, sem com isso fazer referência à ciência Análise do Comportamento. O estudo de Ruiz et al. (2021), por exemplo, cita pelo menos outros dois artigos que abordam autoestima e o IRAP, mas que foram publicados em periódicos que não são contemplados na lista de artigos utilizado no presente estudo (Remue et al., 2013; 2014).

Além da relevância de se estudar a autoestima no contexto científico e de pesquisa, com o objetivo de buscar na literatura como esse tema vem sendo estudado, a autoestima parece ser uma das causas importantes que levam as pessoas a procurarem algum tipo de atendimento psicológico. Nesse sentido, a busca de como psicólogos e terapeutas entendem ou definem a autoestima, num contexto clínico, poderia complementar os achados desse estudo, replicando o que aqui foi encontrado ou indicando novas possibilidades.

## FINANCIAMENTO

Os autores agradecem a CAPES pelo apoio contínuo geral (PROEX 23038.005155/2017-67). Os autores agradecem também a CAPES pela bolsa de doutorado da primeira autora (número do processo: 88887.338774/2019-00).

## DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo.

## DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

## REFERÊNCIAS

- Allen, L. R. (1969). Self-Esteem of Male Alcoholics. *The Psychological Record*, 19(3), 381–389. <https://doi.org/10.1007/BF03393864>
- Almeida, R., & Zilio, D. (2020). O que é violência? Uma análise sobre os usos do termo na literatura analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1), 1–22. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1419>
- Assis, S. G., Avanci, J. Q., Silva, C. M. F. P., Malaquias, J. V., Santos, N. C., & Oliveira, R. V. C. (2003). A representação social do ser adolescente: Um passo decisivo na promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), 669–679. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000300002>
- Bee, H. (1996). *A criança em desenvolvimento* (7ª ed.). Artes Médicas.
- Cohen, A. R. (1959). Some implications of self-esteem for social influence. In C. I. Hovland & I. L. Janis (Eds.), *Personality and persuasibility*. Yale University Press.
- Coopersmith, S. (1967). *The antecedents of self-esteem*. W.H. Freeman.
- Coopersmith, S. (1968). Studies in self-esteem. *Scientific American*, 218, 96–106. <http://www.jstor.org/stable/24925974>
- Coopersmith, S. (1989). *Coopersmith Self-esteem Inventory*. Consulting Psychologists Press.
- Corotto, L. V. (1963). An exploratory study of the personality characteristics of alcoholic patients who volunteer for continued treatment. *Quarterly Journal of Studies on Alcohol*, 24(3), 432–442. <https://doi.org/10.15288/qjsa.1963.24.432>
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1964). *The approval motive*. Wiley.
- Deaux, K. K., & Coppess, C. (1971). Partner Preferences for Cooperative and Competitive Tasks: The Effect of Self-Esteem. *The Psychological Record*, 21(2), 265–268. <https://doi.org/10.1007/BF03394018>
- Dentale, F., Vecchione, M., Ghezzi, V., Spagnolo, G., Szymenyei, E., & Barbaranelli, C. (2020). Beyond an associative conception of automatic self-evaluations: Applying the relational responding task to measure self-esteem. *The Psychological Record*, 70(2), 227–242. <https://doi.org/10.1007/s40732-020-00392-4>
- Devins, G. M., Wong, J. C., Payne, A. Y. M., Lebel, S., Lee, R. N. F., Mah, K., Irish, J., & Rodin, G. (2015). Distancing, self-esteem, and subjective well-being in head and neck cancer. *Psycho-Oncology*, 24(11), 1506–1513. <https://doi.org/10.1002/pon.3760>
- Gan, Y., & Liu, J. (2012). The mechanism by which interpersonal coping flexibility influences self-esteem. *The Psychological Record*, 62(4), 735–747. <https://doi.org/10.1007/BF03395832>
- Glauser, M. J. (1984). Self-Esteem and Communication Tendencies: An Analysis of Four Self-Esteem/Verbal Dominance Personality Types. *The Psychological Record*, 34(1), 115–131. <https://doi.org/10.1007/BF03394856>
- Gobitta, M., & Guzzo, R. S. L. (2002). Estudo inicial do inventário de Auto-Estima (SEI): Forma A. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 15(1), 143–50. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100016>
- Gomes, R. C., Duia, A. M., Ferreira, G. O., Kuhnert, P. N., Negri, T. A., Pereira, N. S., & Santos, K. T. (2010a). O olhar do aluno: contingências favoráveis ao desenvolvimento da autoestima em sala de aula. In: Hübner, M. M. C., Garcia, M. R., Abreu, P. R., Cillo, E. N., P., & Faleiros, P. B. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição: Avanços recentes das aplicações comportamentais e cognitivas*. (1nd ed., pp. 94–101). ESETec.

- Gomes, R. C., Villaschi, A., Araujo, C. O., Nascimento, C. P., Figueiredo, E. C. (2010b). Um estudo observacional sobre a ocorrência de contingências favoráveis ao desenvolvimento da autoestima em salas de aula. In: Hübner, M. M. C., Garcia, M. C., Abreu, P. R., Cillo, E. N. P., & Faleiros, P. B. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição: Avanços recentes das aplicações comportamentais e cognitivas*. (1nd ed., pp. 238-246). ESETec.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4 –27. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.102.1.4>
- Greenwald, A. G., Banaji, M. R., Rudman, L. A., Farnham, S. D., Nosek, B. A., & Mellot, D. S. (2002). A unified theory of implicit attitudes, stereotypes, self-esteem, and self-concept. *Psychological Review*, 109(1), 3–25. <https://doi.org/10.1037//0033-295X.109.1.3>
- Guilhardi, H. J. (2002). Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. In: Brandão, M. Z. S., Conte, F. C. S., & Mezzaroba, S. M. B. (Orgs.). *Comportamento Humano: Tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor*. (1nd ed., pp 29-51). ESETec.
- Guilhardi, H. J. (2007, fevereiro). Autoestima e Autoconfiança são metáforas não causadas. *Instituto TCR*. [https://itrcampinas.com.br/pdf/helio/Auto\\_estima\\_e\\_aut\\_ocnfianca\\_sao\\_metaforas2007.pdf](https://itrcampinas.com.br/pdf/helio/Auto_estima_e_aut_ocnfianca_sao_metaforas2007.pdf)
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. Plenum Press.
- Hillmann, R. B., Brooks, C. I., & O'Brien. (1991). Differences in self-esteem of college freshmen as a function of classroom seating-row preference. *The Psychological Record*, 41(3), 315–321. <https://doi.org/10.1007/BF03395113>
- Horne, P. J., & Lowe, C. F. (1996). On the origins of naming and other symbolic behavior. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 65(1), 185–241. <https://doi.org/10.1901/jeab.1996.65-185>
- Hutz, C. S., & Zanon, C. (2011). Revisão da adaptação, validação e normatização da Escala de Autoestima de Rosenberg. *Avaliação Psicológica*, 10(1),41-49. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027285005>
- Lagomarsino, J., Gallagher, M., Yankalunas, S., Brooks, C. I., & O'Brien, J. P. (1998). Perception of A Model's Self-Esteem as A Function of Observer Self-Esteem and Model's Duration of Eye Contact. *The Psychological Record*, 48(2), 317–324. <https://doi.org/10.1007/BF03395272>
- Lichtenstein, E., & Bryan, J. H. (1967). CPI correlates of the need for approval. *Journal of Clinical Psychology*, 22(4), 453-455. [https://doi.org/10.1002/1097-4679\(196610\)22:4<453::AID-JCLP2270220424>3.0.CO;2-H](https://doi.org/10.1002/1097-4679(196610)22:4<453::AID-JCLP2270220424>3.0.CO;2-H)
- Michaelis Online (n.d.). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Retrieved February 8, 2021, from <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=IDjm>
- Moreira, J. M. (2015). *Treino de autocontrole como facilitador de comportamentos saudáveis em indivíduos obesos* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://doi.org/10.26512/2015.12.T.19436>
- Moreno, E. S., & Roda, A. B. L. (2003). Social psychology of mental health: The social structure and personality perspective. *The Spanish Journal of Psychology*, 6(1), 3–11. <https://doi.org/10.1017/s1138741600005163>
- Oney, C., Cole, E., & Sellers, R. (2011). Racial Identity and Gender as Moderators of the Relationship Between Body Image and Self-esteem for African Americans. *Sex Roles*, 65(7–8), 619–631. <https://doi.org/10.1007/s11199-011-9962-z>
- Remue, J., De Houwer, J., Barnes-Holmes, D., Vanderhasselt, M.-A., & De Raedt, R. (2013). Self-esteem revisited: Performance on the implicit relational assessment procedure as a measure of self- versus ideal self-related cognitions in dysphoria. *Cognition & Emotion*, 27(8), 1441–1449. <https://doi.org/10.1080/02699931.2013.786681>
- Remue, J., Hughes, S., Houwer, J. D., & Raedt, R. D. (2014). To Be or Want to Be: Disentangling the Role of Actual versus Ideal Self in Implicit Self-Esteem. *PLOS ONE*, 9(9), e108837. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0108837>
- Rosenberg, F. R., Rosenberg, M., & McCord, J. (1978). Self-esteem and delinquency. *Journal of Youth and Adolescence*, 7(3), 279–294. <https://doi.org/10.1007/BF01537978>
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton Univ. Press.
- Ruiz, L. P., & dos Reis, M. de J. D. (2018). Sofrimento à flor da pele: Depressão e autoestima em portadoras de vitiligo. *Interação em Psicologia*, 22(1), 65-76. <https://doi.org/10.5380/psi.v22i1.53548>
- Ruiz, M. L. de A., Almeida, J. H. de, & Haydu, V. B. (2021). O Efeito da depressão na autoestima real e ideal: Um estudo com o IRAP. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 23(1), 1–19. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v23i1.1425>
- Ryckman, R. M., & Rodda, W. C. (1972). Confidence Maintenance and Performance as a Function of Chronic Self-Esteem and Initial Task Experience. *The Psychological Record*, 22(2), 241–247. <https://doi.org/10.1007/BF03394087>
- Sakiyama R., & Weber (2005). Relações entre estilos de apego, assertividade e auto-estima. In: Guilhardi, H. J., & Aguiarre, N. C. de (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição vol. 16: Expondo a variabilidade*. (pp.195-214). Esetec.
- Sbicigo, J. B., Bandeira, D. R., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): Validade fatorial e consistência interna. *Psico-USF*, 15(3), 395–403. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712010000300012>
- Schultheisz, T. S. D. V., & Aprile, M. R. (2013). Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. *Revista Equilíbrio Corporal e Saúde*, 5(1), 36-48.

- Serra, A. S. V. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2(6), 101-110. [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2204/1/1988\\_2\\_101.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2204/1/1988_2_101.pdf)
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon Further Reflection*. Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1991). *Questões Recentes na Análise Comportamental* (Neri, A. L, Trad.; 5nd ed.). Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Timko, C. A., England, E. L., Herbert, J. D., & Forman, E. M. (2010). The Implicit Relational Assessment Procedure As a Measure of Self-Esteem. *The Psychological Record*, 60(4), 679–698. <https://doi.org/10.1007/BF03395739>
- Tramill, J. L., Kleinhammer-Tramill, P. J., Davis, S. F., & Parks, C. S. (1985). The Relationship Between Type A and Type B Behavior Patterns and Level of Self-Esteem. *The Psychological Record*, 35(3), 323–327. <https://doi.org/10.1007/BF03395854>
- Turkat, D. (1978). Self-Esteem Research: The Role of Defensiveness. *The Psychological Record*, 28(1), 129–135. <https://doi.org/10.1007/BF03394517>
- Vahey, N. A., Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2009). A First Test of the Implicit Relational Assessment Procedure as a Measure of Self-Esteem: Irish Prisoner Groups and University Students. *The Psychological Record*, 59(3), 371–387. <https://doi.org/10.1007/BF03395670>

Data de submissão: 29/03/2022  
Primeira decisão editorial: 07/07/2022  
Aceite: 25/07/2022